

Eleições e o futuro do serviço público: uma escolha que afeta toda a sociedade

O Brasil vive um momento decisivo. O processo eleitoral coloca diante da sociedade diferentes projetos para o futuro do país, e essa discussão interessa diretamente aos trabalhadores, aos servidores públicos e a todos aqueles que dependem dos serviços prestados pelo Estado.

Para o funcionalismo público, olhar para o passado recente é fundamental. Mais do que discursos e promessas, é preciso observar o que aconteceu concretamente com os servidores e com o serviço público nos diferentes períodos de governo.

Durante o governo Jair Bolsonaro (2019–2022), os servidores públicos federais passaram os quatro anos sem um reajuste salarial geral. Ao mesmo tempo, o governo apresentou ao Congresso a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa, que propunha mudanças profundas na organização do serviço público e que praticamente acabava com estabilidade e desmontava as carreiras, além de precarizar os serviços públicos, abrindo as portas para as privatizações. Graças à luta dos trabalhadores e à organização do movimento sindical, a proposta foi enterrada no Congresso Nacional.

É importante registrar que essa era uma medida criada e defendida pelo próprio governo Bolsonaro para beneficiar setores empresariais que tinham interesses em assumir atividades do setor público. Portanto, havia uma justificativa apresentada pelo governo para a proposta, ao mesmo tempo em que as entidades representativas dos servidores apontavam riscos para a estabilidade, as carreiras e a qualidade dos serviços públicos.

A realidade começou a mudar a partir de 2023. O governo Lula reabriu a Mesa Nacional de Negociação Permanente com os servidores, interrompida desde 2016, e chegou a um acordo com mais de 100 entidades que resultou no reajuste linear de 9% para os servidores civis federais do Executivo.

Na sequência, novos acordos foram firmados com diversas categorias. Em 2025, foi sancionada legislação garantindo reajustes e reestruturações de carreiras para os servidores do Executivo Federal em 2025 e 2026. Também foram autorizadas milhares de vagas para recomposição da força de trabalho federal desde 2023.

Outro aspecto importante é a relação com as entidades sindicais. Em abril de 2026, o governo encaminhou ao Congresso uma proposta de regulamentação da negociação coletiva e da representação sindical no serviço público, com base na Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho. A medida pretende estabelecer mecanismos permanentes de negociação entre trabalhadores e administração pública.

A discussão eleitoral não se limita ao funcionalismo. A jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 passaram a ocupar espaço central no debate nacional sobre o mundo do trabalho.

Em abril de 2026, o governo Lula encaminhou ao Congresso um projeto de lei propondo o fim da escala 6x1, a redução da jornada máxima de 44 para 40 horas semanais e a garantia de dois dias de descanso remunerado.

Para os trabalhadores, é fundamental acompanhar esse debate não apenas pelos discursos dos candidatos, mas pelas propostas concretas, posições assumidas e votações realizadas.

Para o movimento sindical, defender o serviço público significa defender direitos sociais que chegam diariamente à população. Saúde, educação, previdência, fiscalização, assistência, ciência, tecnologia, segurança e tantas outras áreas dependem de trabalhadores valorizados e de estruturas públicas capazes de atender às necessidades da sociedade.

“O servidor público precisa



olhar para a história recente e avaliar o que aconteceu com sua carreira, seu salário, suas condições de trabalho e seu direito de organização. Não podemos analisar uma eleição apenas pelos discursos. Precisamos observar as medidas concretas adotadas por cada governo e por cada projeto político”, afirmou o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Lima Marins.

A experiência dos últimos anos demonstra que as decisões tomadas em Brasília têm consequências concretas na vida dos servidores: salários, carreiras, concursos, aposentadorias, condições de trabalho, negociação coletiva e capacidade do Estado de prestar serviços à população.

Por isso, neste processo eleitoral, é papel das entidades sindicais ampliar o debate, apresentar informações e cobrar dos candidatos compromissos claros com os trabalhadores e com a sociedade.

**JURÍDICO ITINERANTE**

 **SETEMBRO**

 **GRAJAÚ**

 Dia **22**, a partir das **8h**. Local: Sala de reunião do Itamar Guará
Rua das Verbenas, S/N, Cohab, Bairro Canoero

 **BALSAS**

 Dia **23**, a partir das **8h**. Local: Regional do Sindsep/MA



Servidores devem conhecer propostas e cobrar compromissos com o serviço público

Salários, benefícios, concursos públicos, aposentadoria, condições de trabalho, direitos trabalhistas, negociação coletiva, valorização e fortalecimento dos serviços públicos estão entre as questões que precisam fazer parte do debate eleitoral

As eleições são um momento importante para definir os rumos do país e também para decidir quais projetos estarão à frente das políticas públicas nos próximos anos. Para servidores públicos e trabalhadores das empresas públicas, acompanhar as propostas e o posicionamento dos candidatos é uma forma de defender direitos e contribuir para a construção de um serviço público forte.

Por isso, a Condsef/Fenadsef encaminhou aos seis candidatos à Presidência da República que aparecem nas primeiras posições das pesquisas eleitorais uma carta com 23 questionamentos sobre temas considerados prioritários para a categoria. As questões refletem posicionamentos aprovados pela maioria dos servidores e empregados públicos federais no último Congresso da Condsef/Fenadsef, instância máxima de deliberação da categoria, além de propostas construídas em plenárias e assembleias.

É importante que servidores também busquem saber como candidatos à Câmara dos Deputados e ao Senado pensam a respeito dessas pautas.

Para a Condsef/Fenadsef, é fundamental conhecer os projetos e compromissos apresentados para o país e verificar como cada candidatura se posiciona diante de temas que afetam diretamente a vida dos trabalhadores.

Salários, benefícios, concursos públicos, aposentadoria, condições de trabalho, direitos trabalhistas, negociação coletiva, valorização e fortalecimento dos serviços públicos estão entre as questões que precisam fazer parte do debate eleitoral.

A carta enviada pela entidade busca justamente cobrar respostas dos candidatos e contribuir para que as posições dos candidatos em torno de temas importantes sejam conhecidas pelos trabalhadores.

Entre os 23 questionamentos apresentados pela Condsef/Fenadsef estão:

- Piso salarial para servidores da administração pública;
- Equiparação dos benefícios entre os três Poderes;
- Auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas;
- Aumento real para trabalhadores das empresas públicas, com recomposição das perdas salariais acumuladas historicamente;
- Revogação das Portarias CGPAR que restringem a conquista de novos direitos pelos trabalhadores das empresas públicas;



- Imposto sobre as grandes fortunas, fim dos privilégios tributários, fim do arcabouço fiscal;
- Revogação das reformas da Previdência e Trabalhista;
- Direito à negociação coletiva no setor público;
- Aprovação do fim da escala 6x1;
- Entre outros

As cartas foram encaminhadas individualmente aos candidatos, com o mesmo conjunto de questões.

As eleições também são uma oportunidade para os trabalhadores cobrarem compromissos de quem pretende ocupar cargos públicos. Servidor informado participa, cobra compromissos e fortalece a democracia. Nas eleições, conheça as propostas e escolha de forma consciente quem estará ao lado das pautas que você considera importantes.

Seguimos na defesa de um serviço público forte. Por um Brasil democrático e mais justo.

Fonte: www.Condsef.org.br